

BRASIL

Educação e Desenvolvimento

Resumo de análises e propostas do Professor
ELISEU GABRIEL candidato a Deputado Federal
pelo PSB - número 4054

O texto completo você encontra no site: www.eliseugabriel.com.br



Deputado
Federal
VOTE **4054**

PROFESSOR 
ELISEU GABRIEL
a educação merece

Brasil: Desenvolvimento, Estado e Educação

Análises e propostas do Professor ELISEU GABRIEL, pré-candidato a Deputado Federal pelo PSB de São Paulo

Introdução

Criar oportunidades, reanimar as pessoas, construir um país em que todos possam ter uma vida melhor. O Brasil pode superar a grave crise pela qual estamos passando. O caminho para isso é pela política, pela democracia, jamais pela violência de uma ditadura.

A decisão tem que ser pelo **Desenvolvimento**, pela construção do **Estado eficiente**, e não mínimo, e por uma aposta de todos na **Educação de qualidade**.

Desenvolvimento

É urgente um amplo debate e mobilização nacional para enfrentar a principal causa da grande instabilidade econômica e social do país: a prevalência de forças políticas e econômicas que direcionam a economia voltada apenas para o curto prazo, garantindo interesses de alguns setores já privilegiados que controlam os poderes, não considerando a necessidade de orientar as decisões do dia a dia por uma estratégia de desenvolvimento econômico para o país.

Precisamos retomar planos de longo tempo.

Já tivemos essa experiência: o Brasil, em boa parte do século XX até o início da década de 70, foi um dos campeões mundiais do crescimento econômico.

O pequeno avanço da economia e,

particularmente, da indústria, no fim de 2017 e início de 2018, não sinalizou uma clara retomada do crescimento econômico. Há muito que fazer para superar o enorme tombo da economia, a instabilidade e a insegurança do investimento produtivo.

É de grande importância o crescimento sustentável da indústria, que será mais consistente com a definição e implementação de uma política de desenvolvimento industrial que oriente e estimule a modernização do nosso parque industrial e defina os ramos de atividades mais promissores para o país. Nessa política deve estar um permanente acompanhamento de juros e câmbio que estimule e dê segurança aos setores produtivos. O mercado é muito importante, mas o Estado precisa agir, também, como indutor do desenvolvimento, como aconteceu e acontece hoje em países mais avançados, especialmente em nações asiáticas com crescimento acentuado.

Somos fortes no agronegócio e é fundamental que isso seja preservado e ampliado. Porém, é mais inteligente exportar produtos com maior valor agregado. Nossa indústria precisa, urgentemente, modernizar-se, avançar tecnologicamente e ser capaz de gerar, também, artigos de alta tecnologia.

É necessário que junto com nossa riqueza natural e com a força do agronegócio desenvolvam-se setores indus-

trials sofisticados que deem sequência a esse êxito do campo e, em futuro não tão distante, nosso país chegue ao grupo das nações mais avançadas.

O Brasil pode e deve tirar proveito de suas vantagens comparativas, mas precisa, ao mesmo tempo, diversificar e sofisticar sua estrutura produtiva. E isso não é feito apenas com a liberação de mercado, mas com políticas públicas inteligentes.

Um grande desafio é o aumento da produtividade. Em poucas palavras: o país precisa de investimento público e privado em **GENTE, TECNOLOGIA e INFRAESTRUTURA (GTI)**.

Fundamental é destravar reformas, como a tributária, para simplificar e também tornar os impostos menos regressivos, não penalizando os cidadãos que ganham menos, como acontece hoje.

Enfim, é preciso juntar as forças políticas interessadas num Brasil melhor para todos e preparar e articular a implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, alinhado com forte investimento em educação pública de qualidade.

Vale lembrar que o Governo deve garantir a disciplina fiscal fazendo os ajustes necessários de forma gradual, sem submeter amplos setores já fragilizados da sociedade a pagar um alto preço por isso. Em pouco tempo, essa austeridade distorcida do Governo Temer já provoca o aumento da mortalidade infantil, ressurgem doenças como o sarampo e a fome recomeça a bater em muitas famílias.

Veja, no quadro abaixo, uma comparação de gastos com saúde, por habitante, em alguns países:

Gasto público *per capita* em saúde (US\$)*

| | |
|---------------|---------------|
| EUA | 4.801,90 |
| França | 3.585,00 |
| Canadá | 3.383,40 |
| Reino Unido | 3.330,30 |
| Cuba | 2.195,90 |
| Uruguai | 1.202,20 |
| Chile | 1.156,70 |
| Argentina | 992,60 |
| BRASIL | 594,90 |
| Namíbia | 593,60 |
| África do Sul | 581,80 |

* Em valores correntes (corrigidos pela paridade de poder de compra)

Fonte: Organização Mundial da Saúde / Global Health Observatory Data Repository

Estado: **Desperdícios e corrupção**

No Brasil, 60% da população dependem diretamente do Estado. Outros 30% precisam do Estado para complementar sua sobrevivência. Destes, muitos não gostam de admitir essa dependência e julgam que é possível superar as dificuldades econômicas apenas com esforço pessoal. Há uma ideia difusa de que precisam ser “livres” e que o Estado não ajuda.

Cerca de 10% da população não dependem de ações sociais do Estado. Uma parte, mesmo sendo a que mais se beneficia dele, tenta impor à sociedade a ideia de que o Estado só atrapalha e cobra muito imposto. Quer o **Estado mínimo**.

Nosso Estado é “pesado”, precisa ficar mais “leve”. Mas, ao contrário do *Estado mínimo*, que parte do chamado “mercado” e muitos desavisados apregoam, temos que construir um **Estado eficiente**.

Tornar o Estado mais eficiente é tarefa consideravelmente mais complexa e necessária do que simplesmente reduzir seu tamanho ou torná-lo mínimo. Como resultado da maior eficiência, **combatendo os desperdícios e a corrupção**, será possível investir mais em infraestrutura, em boa saúde pública, educação de qualidade, segurança, ciência e tecnologia, além de saneamento básico, que ainda não existe para mais da metade da população brasileira.

Para atingir a meta da eficiência, faz-se necessário eliminar privilégios de alguns setores incrustados na máquina pública e demolir estruturas parasitárias e anacrônicas que existem em vários organismos do poder público.

Combater a corrupção e ter mais eficiência significa, também, enfrentar de forma decisiva a sonegação de impostos e o “capitalismo de compadrio”, um sistema no qual determinadas grandes empresas ou corporações têm ligações próximas demais com o Governo, com congressistas e até com o Judiciário, favorecendo políticas contrárias à concorrência. Resultado disso é a inexistência de um ambiente que incentive a igualdade de oportunidades e a competição justa na economia.

No Brasil, o Estado precisa suprir de saúde, educação, segurança e assistência social a grande maioria da po-

pulação, mas deve fazê-lo com foco na emancipação do cidadão. Para isso, são necessárias políticas públicas que criem oportunidades, com ações indutoras de desenvolvimento que estimulem o empreendedorismo e gerem emprego, trabalho e renda que, certamente, diminuirão as enormes desigualdades da sociedade brasileira.

Carga tributária no Brasil X carga tributária de outros países

A carga tributária no Brasil está em torno de 34% do PIB. Esse percentual é considerado alto, mas é muito parecido com os índices de economias desenvolvidas. Por exemplo: na França os tributos correspondem a 44% do PIB; na Itália, 42%; na Suécia, 47%; no Japão, 30%; na Espanha, 38%; nos Estados Unidos são cerca de 30%.

Porém, é fundamental saber que, em média, o imposto obtido por esses países, a cada ano, está em torno de U\$ 12 mil por habitante, enquanto no Brasil, com uma população de 210 milhões de habitantes, é de cerca de U\$ 3.700 por habitante. Isso mostra que temos três vezes menos dinheiro por habitante para prestar os serviços públicos essenciais de saúde, educação, segurança etc. Assim, não se justifica a frase recorrente: “*pagamos impostos de primeiro mundo e temos serviços de terceiro mundo*”.

Para conseguirmos mais recursos para investir em serviços públicos de melhor qualidade é preciso:

1º) Reduzir despesas onde é possível e investir em atividades essenciais, como no SUS, tornando o Estado mais eficiente e não mínimo.

2º) Combater a corrupção já estrutu-

rada no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

3º) Aumentar receitas com a aceleração do crescimento econômico.

4º) Realizar a reforma tributária com:

a) simplificação da tributação e combate à sonegação.

b) impostos progressivos e não regressivos. Hoje, no Brasil os que ganham menos pagam, percentualmente, muito mais impostos do que os que ganham mais. Em países desenvolvidos acontece o oposto, os impostos são progressivos.

c) descentralização de parte maior dos recursos públicos, beneficiando estados e municípios.

Educação

Desenvolvimento e Educação

Nos últimos anos, a economia brasileira vem capengando. Além de desemprego, está se especializando em gerar postos de trabalho de baixa qualificação e baixa remuneração. Para sair disso, são necessárias medidas para retomada urgente do desenvolvimento da economia, combinadas com o esforço para a superação das deficiências e da enorme defasagem do nosso sistema educacional diante da sociedade do conhecimento.

O desenvolvimento duradouro do Brasil passa por construir uma educação básica de qualidade para todos, além de mais investimentos em ciência e tecnologia.

Educação de qualidade

Queremos que nossas crianças e nossos jovens sejam capazes de ler, escrever e operar com os números, chave para todos os aprendizados. Mas, uma educação de qualidade deve ir além: dar a oportunidade de formação inte-

gral com acesso à história, ciências, literatura, artes, cultura e esportes. Tornar os estudantes capazes de aprender a pensar, debater, questionar e respeitar ideias diferentes, além de familiarizar-se com a linguagem de informática e ter habilidades emocionais para participar do mundo cada vez mais dinâmico e tecnológico.

Experiências fracassadas em países desenvolvidos mostram que a educação não pode ser entendida como uma simples mercadoria, com falsas analogias a princípios de negócios ou com um bom sistema de coleta de dados que dê informações para controlar diretores, professores e alunos com recompensas e sanções “apropriadas”.

Mesmo reconhecendo os bons serviços prestados à educação por grande número de escolas ligadas à iniciativa privada, a entidades filantrópicas e a entidades religiosas, é fundamental a existência de uma educação pública vigorosa, como em todos os países desenvolvidos.

A imensa maioria da população brasileira depende diretamente do ensino público. Oitenta e dois por cento dos 50 milhões de alunos matriculados no ensino básico estudam em escolas públicas. Destes, 24 milhões estão no fundamental, sete milhões no ensino médio, seis milhões na educação infantil, 3,5 milhões na educação de jovens e adultos e um milhão na educação profissional, além de 50 mil em classes especiais.

Atualmente, no Brasil a educação pública está em perigo, seja por uma po-

lítica suicida de austeridade que congela investimentos sociais públicos por 20 anos, seja por reformas que, ironicamente, estão diminuindo sua qualidade e ameaçando sua própria sobrevivência. Há uma grande atração por modismos. Dizer simplesmente que a escola precisa ser reinventada é uma grande panaceia.

O comprometimento com o fornecimento de uma educação pública, gratuita e universal, é um insumo decisivo para o desenvolvimento do país. Isso tem sido um elemento crucial para que milhões de brasileiros marginalizados tenham alguma chance de melhorar suas vidas.

Lutamos por educação pública de qualidade. Para isso, precisamos de currículos fortes, estudantes dispostos, famílias envolvidas, administrações democráticas e participativas, boas condições de trabalho e de salários para os profissionais da educação.

Sete premissas para a qualidade da educação

Qualquer plano para alcançar uma educação pública de qualidade tem que partir de sete premissas fundamentais:

1ª) A escola é um território insubstituível

A escola é o espaço físico das vivências interpessoais, da construção de laços de solidariedade, da construção do respeito às diferenças, da construção dos afetos.

A internet, os smartphones, as novas tecnologias são muito bem-vindas, mas não substituem a escola.

2ª) O professor é um protagonista fundamental

As novas tecnologias devem estar ao lado do professor, a favor do professor. Elas não o substituem. O professor não é um mero instrutor, muito pelo contrário. Ele é um protagonista da educação.

É fundamental defender o professor, investir na sua formação, ajudá-lo a tornar-se melhor, mais seguro, mais bem formado, melhor remunerado e com a liberdade de criar e construir, ao lado do aluno, o processo da educação. A dignidade dos professores, gestores, educadores, funcionários da educação, assim como a existência de suas associações e sindicatos são essenciais para uma verdadeira educação de qualidade.

3ª) A Educação precisa de continuidade

Existe uma prática de descontinuidade na Educação Pública a cada mudança de governo.

Muitas vezes, o novo governante que assume visa mais criar uma marca da sua gestão do que enfrentar as reais dificuldades de seu sistema escolar.

São necessários Planos de Educação, elaborados com a participação da sociedade e aprovados pelo legislativo, dando diretrizes para a educação por, pelo menos, dez anos, evitando rupturas que tanto atrapalham a formação dos alunos.

4ª) A escola deve propiciar a cultura da paz

É absolutamente necessário investir na melhoria do relacionamento entre alunos, professores, gestores, funcionários e também envolver as famílias dos estudantes com a escola.

Cada escola tem suas particularidades e as decisões do Conselho de Escola devem ser valorizadas.

É essencial a gestão ser, de fato, democrática e participativa. Realizar mediação de conflitos, estabelecer a cultura do diálogo, da importância de ouvir o outro. Incentivar a cultura da paz.

5ª) A escola e o processo educativo precisam envolver o aluno

A escola pode ser divertida e criativa. Uma boa ideia é construir o processo educacional baseado em projetos, dando oportunidade para os alunos participarem da solução de desafios reais. Dar voz aos alunos, combinar regras de convivência e torná-los protagonistas do processo de aprendizagem e capazes de aprender a pensar, debater, questionar e respeitar ideias diferentes.

A aprendizagem é um processo particular de cada um. Cada aluno precisa encontrar seu espaço e seu tempo.

6ª) Educação integral

Para se praticar uma educação integral é preciso currículo forte que, além de língua portuguesa e da matemática, inclua história, ciências, outras línguas, literatura, arte, cultura, esporte e que avance no conhecimento das novas tecnologias.

A escola deve estar aberta para interagir com outras escolas e compartilhar experiências, planejar projetos conjuntos, estabelecer parcerias e viabilizar melhorias na qualidade do ensino.

Deve estar aberta, também, para o mundo que existe ao seu redor e buscar relações com associações, parques, clubes, museus, bibliotecas e empresas. Implementar educação de qualidade é a estratégia mais eficiente para a diminuição das enormes desigualdades do Brasil.

7ª) Garantir recursos para educação pública de qualidade

Para o Brasil dar certo é preciso um forte investimento público em educação, além de ações que desenvolvam a economia e criem oportunidades de trabalho.

Nosso país gasta com a educação pública cerca de 5% do PIB, uma porcentagem muito próxima dos países mais desenvolvidos. Mas, nossa população é grande e mais jovem. Por isso, aqui, o investimento por aluno no ensino básico, a cada ano, é três vezes menor do que naqueles países.

Para piorar, o Governo Temer propôs e o Congresso Nacional aprovou o congelamento dos gastos sociais por 20 anos.

É fundamental rever isso, manter as verbas obrigatórias para educação e a meta contida no Plano Nacional de Educação, de atingir 10% do PIB em educação pública nos próximos anos.

Quem é Eliseu Gabriel

ELISEU GABRIEL é professor de física pela USP, autor de livros didáticos, deu aulas no ensino público, em universidades, cursinhos e no Telecurso da TV Cultura. Autor do livro “Brasil Soberano”.

Presidente do Diretório Municipal do PSB de São Paulo e membro do Diretório Nacional.

Eleito vereador para o quinto mandato consecutivo com 53 mil votos, entre os mais votados do Brasil.

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara. Conquistou inúmeras vitórias para o ensino público, além de várias obras e melhorias para a Cidade.

Autor da Lei da Área Escolar de Segurança, da Lei que criou o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, entre várias outras. É o criador do Fórum de Proteção e Defesa Animal.

Defendeu a Cidade contra a especulação imobiliária, entre outras vitórias. Foi decisivo para salvar o Cine Belas Artes e o Quarteirão Cultural do Itaim-Bibi.

Foi secretário de Trabalho e Empreendedorismo. Entre muitas outras realizações, criou, por Lei, a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADESAMPA) e o VAI-TEC.

Levou uma universidade pública para a região Noroeste de São Paulo, o Instituto Federal de São Paulo-Campus Pirituba.

www.eliseugabriel.com.br  [/professoreliseugabriel](https://www.facebook.com/professoreliseugabriel)  [/profelizeugabriel](https://www.instagram.com/profelizeugabriel)

VOTE PARA GOVERNADOR
MÁRCIO FRANÇA, VOTE 40 

Márcio França assumiu o Governo do Estado e, em poucos meses, já mostrou sua competência, seriedade e compromisso com a população. É o melhor para governar São Paulo.



1º VOTE P/ DEP. FEDERAL
ELISEU GABRIEL

4

QUATRO

0

ZERO

5

CINCO

4

QUATRO

CONFIRMA

2º DEP. ESTADUAL

3º SENADOR

4º SENADOR

5º GOVERNADOR 40

6º PRESIDENTE